

**Convergências da Avaliação de Impacto Social e Inovação Social para o Desenvolvimento Local**

**VIVIANE PISANO**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO FEI

**JACQUES DEMAJOROVIC**

**ANTONIO ALEDO TUR**

# CONVERGÊNCIAS DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL E INOVAÇÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

## 1 INTRODUÇÃO

Até meados do século passado grandes obras de engenharia, projetos extrativistas e industriais eram vistos como os próprios representantes do desenvolvimento regional. Interpretados como símbolos da dominação do homem sobre a natureza não se levava em consideração o impacto por eles provocados no meio natural e social. Os grandes desastres industriais ocorridos na década de 1980 trouxeram a percepção sobre a injusta distribuição dos benefícios e impactos desses projetos (Aledo & Domínguez-Gómez, 2018) dando início a uma relação conflitiva entre indústrias e comunidades locais (Nilsen, 2010). O novo contexto de percepção ecológica (Adams, 2000) e por consequência dos impactos não mais permitia sua aceitação como simples danos colaterais necessários ao desenvolvimento econômico. O avanço da legislação ambiental para mitigar esses impactos consolidou a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como principal instrumento de identificação e mitigação de impactos gerados por grandes projetos. No entanto, aplicação cada vez mais frequente da AIA mostrou também suas limitações no que se refere a compreender e incorporar em sua avaliação as mudanças sociais provocadas pelos grandes projetos e os impactos sociais deles decorrentes, abrindo um novo caminho para o desenvolvimento da Avaliação de Impacto Social (AIS) (Aledo & Domínguez-Gómez, 2018).

A AIS é definida como o processo de identificar, antecipadamente, as consequências de uma ação real ou de um projeto (Joyce & Macfarlane, 2001). A AIS a partir de seu paradigma construtivista, político ou participativo identifica as mudanças sociais provocadas pelos grandes projetos de intervenção a partir da perspectiva dos riscos que geram para os diversos grupos sociais que compõe a comunidade local. A abordagem social do risco é essencial para um efetivo processo da AIS, pois compreende as diferentes percepções, Vanclay (2002) afirma que impacto social tem relação com a percepção e aspectos cognitivos experimentados pelas pessoas. Os impactos são sentidos, percebidos (cognitivamente) e vividos (fisicamente) pelos indivíduos que são diretamente afetados pelos processos de mudança.

Ao compreender a complexidade das relações humanas com a natureza e o território, permite que a transdisciplinaridade e a diversidade das questões sociais sejam pontuadas capturando e considerando os riscos efetivamente presentes no projeto. Além disso, a análise abrangente envolvida na AIS possibilita extrapolar a mera mitigação dos impactos negativos abrindo caminhos para ampliar impactos positivos de projetos buscando assegurar o desenvolvimento local (Atlin & Gibson, 2017).

Esta característica da AIS é apontada por Franks e Vanclay (2013) como uma inovação para a gestão corporativa e pública. Para os autores, o fortalecimento de sistemas de gerenciamento interno; incentivo ao comprometimento de recursos visando o engajamento com as comunidades e o desenvolvimento de processos para avaliação e divulgação contínua do desempenho social são características trazidas como inovações.

Ao entender a AIS como um processo de inovação social abre-se a possibilidade de aprofundar o debate em torno de sua contribuição para o desenvolvimento local. Para Ruiz-Real et al., (2019) o tema desenvolvimento local está implícito no campo da inovação social (IS). Do ponto de vista do desenvolvimento da comunidade, a inovação social diz respeito à satisfação das necessidades humanas básicas e à renovação das relações sociais entre os indivíduos e grupos que compõe uma comunidade (Moulaert & Nussbaumer, 2005).

A relação que tanto a IS quando a AIS demonstram ter com o desenvolvimento local compõe o panorama geral do objetivo da presente pesquisa, que se baseia em outros 4 pontos:

(1) potencial da AIS ser uma metodologia capaz, não apenas de identificar os impactos sociais, mas também facilitar um efetivo desenvolvimento local (Altin & Gibson, 2017); (2) a aproximação, ainda pouco explorada, entre a AIS e o conceito de inovação (Franks & Vanclay, 2013); (3) produção científica em ascensão sobre IS e desenvolvimento local (Melo et al., 2020); (4) produção científica ainda emergente específica sobre AIS e desenvolvimento local. Considerando esses pontos o objetivo traçado para a pesquisa é identificar aspectos em comum que emergem da análise da literatura referente à Avaliação de Impacto Social e Inovação Social em contextos de desenvolvimento territorial.

A abordagem metodológica escolhida para o alcance do objetivo foi a revisão sistemática da literatura. O presente artigo está organizado da seguinte maneira: sessão 1 traz a introdução; sessão 2 o referencial teórico com a descrição dos campos da AIS e IS em relação ao desenvolvimento local; sessão 3 conta com o detalhamento metodológico da coleta e análise de dados da revisão sistemática da literatura. Na sessão 4 estão os resultados provenientes da análise sobre os pontos comuns entre AIS e IS em contexto de desenvolvimento local e a sessão 5 as considerações finais sobre os pontos de intersecção encontrados na pesquisa. A sessão 6 traz as referências utilizadas na presente pesquisa.

## **2 REFERÊNCIA TEÓRICO**

O referencial teórico está estruturado a partir da discussão da AIS e da IS e seu relacionamento com o desenvolvimento local. Boiser (2015) entende o desenvolvimento local a partir de uma abordagem múltipla. Para o autor, um desenvolvimento territorial mais diverso e consistente depende da capacidade local de economizar e investir os lucros de sua produção econômica; de desenvolver sua própria estratégia local, de traçar objetivos e ter a habilidade de alcançá-los; e da existência de uma cultura e identidade próprias.

Ao considerar o desenvolvimento local, é preciso ir além dos fatores financeiros que influenciam a prosperidade econômica local. É preciso considerar uma série de fatores geofísicos, sociais e econômicos (Ruiz-Real et al., 2019) assim como conhecimento, aprendizagem, evolução e cultura (Moulaert & Nussbaumer, 2005) que, juntos, criam um território próspero (Ruiz-Real et al., 2019).

Aspecto trazido com bastante destaque é a necessidade de processos participativos. O diálogo social promovido pelo envolvimento dos diversos atores pertencentes e envolvidos no território são sentidos não apenas em termos de novas parcerias econômicas, mas também em termos de coesão social e transparência institucional (Bernardino & Santos, 2017).

Além da participação, a profunda compreensão sobre o território é apontada como essencial no processo de desenvolvimento local. Além das características físicas e sociais é preciso compreender também as percepções das pessoas acerca de seu próprio território, pois apenas dessa maneira é possível identificar as ações mais efetivas para a manutenção dos capitais naturais e culturais (Gobattoni et al., 2015).

### **2.1 AIS a evolução do campo e sua relação com o desenvolvimento local**

A natureza temporária de atividades de extrativistas (Enríquez; Gouveia & Neves, 2018), o compartilhamento dos danos ambientais e sociais com a comunidade e o acúmulo unilateral de riquezas por parte da empresa (Henriques & Porto, 2015), traz a necessidade de não apenas informar, mas também criar oportunidades da comunidade participar da discussão sobre o futuro no território (Hansen et al., 2016).

Incluir várias percepções baseadas na colaboração e coexistência é positivo também para as empresas, uma vez que incorporar tal pluralidade na compreensão do contexto local

pode evitar problemas e conflitos entre a comunidade e a empresa (Esteves, 2008), da mesma maneira o gerenciamento dos impactos sociais, ambientais e econômicos ao longo de todo ciclo de vida do projeto extrativista e industrial é necessário para prevenção e mitigação de riscos e para que seja possível entregar impactos positivos levando ao desenvolvimento sustentável e equitativo do território (Esteves et al., 2012). Nesse sentido, estudos recomendam a mitigação de impactos social a partir de um enfoque mais holístico para que possam levar ao desenvolvimento do território (Bernardino & Santos, 2017).

Este enfoque mais amplo da identificação dos impactos sociais encontra diversas barreiras nas empresas onde os riscos sociais são compreendidos como riscos para o negócio, isto é, como os atores externos podem prejudicar a empresa e como a empresa pode se defender desta ameaça. Nesta perspectiva, os riscos sociais são tratados a partir de um enfoque técnico-científico (Aledo & Domínguez-Gómez, 2018), compreende que as variáveis são conhecidas e mensuráveis, respondendo as questões de forma analítica e simplificada. Não considera a multidirecionalidade do risco social, item fundamental para entender a capacidade da empresa de gerar ameaças e gerenciar os impactos sociais (Kemp et al., 2016).

O enfoque técnico-científico não discute a produção social dos riscos, não permite compreender os impactos sociais de maneira profunda e sob a perspectiva dos atingidos, pois não parte de um processo participativo. Trata-se de um processo *top-down*, desenvolvido unicamente por especialistas sem contar com a comunidade na avaliação (Aledo & Domínguez-Gómez, 2018).

Limitar a aplicação da AIS ao enfoque técnico-científico resulta em uma avaliação incompleta, não permitindo a visão integral dos riscos e impactos. Como implicação desse enfoque restrito, as organizações programam medidas de mitigação igualmente inapropriadas, que não contribuem para o desenvolvimento das comunidades, fazendo com que suas expectativas em relação ao projeto não sejam atendidas (Franks & Vanclay, 2013). Como o enfoque centra-se nos desafios de curto prazo enfrentados pela organização, não se valoriza o debate sobre o desenvolvimento territorial de longo prazo

Considerando as limitações da abordagem técnico-científica no que diz respeito ao desenvolvimento local, uma segunda abordagem da AIS tem como foco os riscos que o negócio representa para os atores externos, especialmente para a comunidade local. Baseando-se em um paradigma construtivista é capaz de compreender a complexidade e transdisciplinaridade das questões sociais, dando espaço para que os riscos sociais presentes no contexto local sejam verdadeiramente capturados e considerados (Aledo & Domínguez-Gómez, 2018).

A AIS pautada por uma abordagem construtivista, política e participativa propõe a interpretação social dos riscos priorizando a percepção da comunidade local em relação a como compreendem e sentem os impactos impostos ao território pelos grandes projetos de intervenção. Os impactos não são definidos de maneira unilateral por uma equipe de especialistas e busca-se envolver novos atores sociais, não técnicos, nas avaliações. (Vanclay, 2002). A inclusão da população local na avaliação além de garantir maior legitimidade, credibilidade e equilíbrio ao processo (Morris et al., 2011), traz saberes locais que podem fornecer informações valiosas sobre o ambiente natural e social que não estariam disponíveis em um processo *top-down*. Ademais, a comunidade local é a mais afetada pelo projeto e, portanto, deve desempenhar papel central na AIS (Aledo, García-Andreu & Pinese, 2015).

A AIS construtivista como a base para a gestão de impactos facilita a identificação precoce e melhora a análise e gestão contínua dos riscos sociais (Esteves et al., 2017). Os processos participativos tem o potencial de gerar informações relevantes que auxiliam na tomada de decisão de forma favorecer o desenvolvimento de ações que gerem benefícios de longo prazo para a população atingida pelo empreendimento (Aledo & Domínguez-Gómez, 2018; Joyce & Macfarlane, 2001).

Assim, para que projetos extrativistas contribuam para futuros regionais mais

sustentáveis, a avaliação dos projetos deve ir para além da mitigação dos efeitos adversos para proposição de contribuições positivas para o desenvolvimento e sustentabilidade local (Altin & Gibson, 2017).

Para Franks e Vanclay (2013) esta característica seria justamente a inovação e contribuição da AIS, pois ao estimular a discussão com os múltiplos atores presentes no território agraga ao processo de identificação de impactos a possibilidade de traçar caminhos para um legado positivo para a comunidade local.

## 2.2 IS e sua vinculação ao desenvolvimento local

A definição de inovação social na literatura ainda não é uniforme (Lipták, 2019), porém algumas definições amplamente utilizadas podem auxiliar na contextualização inicial da IS.

A Comissão da União Europeia define as ISs como novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendam simultaneamente às necessidades sociais (mais efetivamente do que as outras alternativas) e criem novas relações sociais ou colaborações (Piccarozzi, 2017). A IS é uma oportunidade para renovar o foco na mudança social, ideias e métodos, tornando-se um catalisador para uma nova abordagem na resolução de problemas sociais de maneira a abordar as raízes de um problema (Hervieux & Voltan, 2019).

A IS deve resultar em soluções novas, duradouras e no aumento do bem-estar para os grupos sociais ou comunidades (Kocziszky et al., 2017) além de contar com a participação e cooperação dos atores envolvidos nos resultados pretendidos (Bignetti, 2011). Segundo Moulaert e Nussbaumer (2005), a IS significa inovação nas relações sociais de governança combinadas com a satisfação das necessidades básicas dos atores envolvidos.

As necessidades básicas são vinculadas ao contexto e à comunidade, as escolhas sociais e os processos institucionais são adaptados para melhor revelar as necessidades básicas e orientar os processos que devem satisfazê-las (Moulaert & Nussbaumer, 2005). Respostas sociais inovadoras emergem da compreensão e exploração das capacidades locais. A multidisciplinaridade e complexidade das questões sociais locais muitas vezes não são atendidas por respostas internacionais ou nacionais mais amplas e genéricas, seja por simplesmente não existirem ou por não se adaptarem ao território ao não abordarem as características e necessidade específicas das comunidades e locais (Bernardino & Santos, 2017). A IS compreende sua ocorrência dentro de contextos sociais e culturais específicos e para sua efetividade deve ser social, cultural e territorialmente incorporada (Orria & Luise, 2017)

Segundo Gobattoni et al., (2015), uma averiguação detalhada das percepções das comunidades sobre o seu próprio território deve ser o primeiro passo na identificação dos potenciais locais indicando as ações mais efetivas para a manutenção do capital natural e cultural e para promoção da IS.

Os resultados trazidos por Lipták (2019) apontam que as ISs tem desempenhado um importante papel no desenvolvimento local ao atuar na resolução de problemas locais, no envolvimento dos atores e apoio a identidade local. Ressalta-se ainda a atuação da IS na satisfação das necessidades humanas, no aumento das capacidades políticas dos cidadãos e nas mudanças nas relações sociais (Hamdouch & Galvan, 2019). Em relação ao envolvimento dos atores, Orria e Luise (2017) destacam o caráter *botton-up* da participação para a viabilização da IS.

Segundo análise trazida por Estensoro (2015), a IS tem foco triplo do ponto de vista do desenvolvimento territorial. Primeiro, os modos de governança resultantes deles agregam novo valor ao esforço coletivo resultante da busca por atender as necessidades básicas dos envolvidos (Moulaert & Nussbaumer, 2005). Segundo, a IS capacita os atores locais e manifesta o caráter empoderador e emancipatório dos processos de transformação, resultando na impulsão da mudança coletiva e no desenvolvimento de novas capacidades de transformação (González et

al., 2010; Jessop et al.; 2013). Por fim, transforma as relações sociais e de poder entre atores comunitários. A vinculação da IS ao desenvolvimento local é vasta e profunda evidenciando a relevância do território como um campo de atuação na literatura de IS (Estensoro, 2015).

### 3 METODOLOGIA

A abordagem escolhida para atender o objetivo de identificar aspectos em comum que emergem da análise da literatura referente à AIS e IS em contextos de desenvolvimento local foi a revisão sistemática da literatura. Buscando atender um claro e transparente protocolo de pesquisa expõe-se nesta sessão do artigo os parâmetros utilizados para seleção e análise dos artigos selecionados no que se refere a base de dados; período pesquisado; terminologia dos termos buscados; e critérios de inclusão e exclusão dos artigos que compuseram a análise final.

#### 3.1 Coleta de dados

Os critérios utilizados para o levantamento da literatura acadêmica pertinente a presente pesquisa foram os seguintes:

- a) Base de dados: a revisão sistemática foi realizada por meio da *Web of Science Core Collection*. Essa escolha se deu pela robustez e relevância do banco de dados em termos de cobertura e relevância. Seu editor é a *Clarivate* e conta com 100% de suas referências e autores indexados, cobrindo uma variada base de dados: *Science Citation Index*; *Social Sciences Citation Index*; *Arts & Humanities Citation Index*; *Conference Proceedings Citation Index*; *Book Citation Index*; *Emerging Sources Citation Index*. O acesso aos principais periódicos acadêmicos do mundo é atualizado diariamente e compreende o período de 1900 até o presente ano garantindo tanto uma série histórica significativa quando acesso às produções científicas mais recentes (Clarivate, 2020).
- b) Tipo de documentos: a busca limitou-se a artigos, pois esse tipo de documento passa pela Revisão por Pares garantindo maior confiabilidade científica (Elsevier, 2020)
- c) Língua: o inglês foi selecionado para busca dos artigos por ser a língua predominante para disseminação de novos conhecimentos acadêmicos (Mur-Dueñas, 2012).
- d) Período: a pesquisa dos termos cruzados não teve delimitação de tempo compreendendo, portanto, o período entre os anos 1900 – 2020.
- e) Terminologia: a construção da busca baseou-se nos seguintes termos chaves: "*social innovation*"; "*social impact assessment*"; "*innovation*" "*local development*"; "*regional development*"; "*territorial development*" e "*social development*". Em português: "inovação social"; "avaliação de impacto social"; "inovação"; "desenvolvimento local"; "desenvolvimento regional"; "desenvolvimento territorial" e "desenvolvimento social".
- f) Cruzamento: Em um primeiro momento foram buscados os termos "*social innovation*" e "*social impact assessment*" de maneira isolada a fim de ter uma visão geral sobre a consolidação dos campos de pesquisa, em seguida os termos foram buscados de maneira cruzada. A maneira como esses termos foram cruzados no *Web of Science* e detalhada na figura 1. Os termos "*social innovation*" AND "*social impact assessment*" foram cruzados buscando a literatura já existente em comum entre os dois termos. Diante da pequena quantidade de artigos encontrados buscou-se "*social impact assessment*" AND "*innovation*" para compreender como a AIS é relacionada ao campo mais amplo de inovação. Em seguida os termos "*local development*" e "*territorial development*" foram empregados de maneira equivalente e complementar buscando abarcar mais matizes do contexto de desenvolvimento local.

1° Termo	Booleano	2° Termo
<i>"social innovation"</i>	AND	<i>"social Impact assessment"</i>
		<i>"local development"</i>
		<i>"territorial development"</i>
<i>"social impact assessment"</i>	AND	<i>"innovation"</i>
		<i>"local development"</i>
		<i>"territorial development"</i>
<b>Busca avançada: 1900-2020 / English/ Article/ TS=(“1° termo” AND “2° termo”)</b>		

Figura 1. Termos buscados e critérios utilizados na coleta de dados realizada no *Web of Science - Core Collection*.

- g) Booleanos: o único operador booleano utilizado na pesquisa foi o “AND”, por se tratar de um operador restritivo entrega apenas os artigos que contém com todos os termos buscados.
- h) Rótulos do campo: o rótulo utilizado para a busca foi o “TS=Tópico”. Ele busca pelos termos nos seguintes campos do artigo: título; resumo; palavras-chave de autor; *keywords plus* (são palavras ou frases que frequentemente aparecem nos títulos das referências de um artigo, mas não aparecem no título do próprio artigo).

### 3.2 Análise de dados

Os artigos encontrados a partir dos critérios de busca descritos no item anterior foram submetidos a duas etapas de análise, a primeira buscou conhecer os campos de pesquisa de maneira ampla e quantitativa, a segunda visou compreender a relação entre inovação social e avaliação de impacto social em contextos de desenvolvimento local de maneira qualitativa.

A primeira análise compreendeu o levantamento feito com os termos “*social innovation*” e “*social impact assessment*” de maneira isolada sem cruzamento entre ambos ou com os outros termos. Buscou-se conhecer a quantidade de artigos produzidos em cada um dos campos bem como a evolução das publicações no decorrer dos anos. Nessa etapa, o conteúdo dos artigos não foi analisado observou-se apenas a quantidade de publicações realizadas a cada ano (“Análise de resultados” – “Anos de publicação”) conforme dados organizados e fornecidos pelo próprio *Web of Science*.

A segunda etapa envolveu a análise dos artigos encontrados a partir dos cruzamentos dos termos buscados. A seleção dos artigos foi definida a partir de alguns critérios de exclusão. Primeiro os resumos foram lidos e aqueles que não abordaram os dois termos cruzados (vide quadro 1) no contexto relevante para a pesquisa foram excluídos. A amostra remanescente foi então submetida a leitura na íntegra, quando o trabalho não apresentou adesão necessária ao tema da presente pesquisa também foi excluído da base analisada.

Buscou-se nos artigos, que passaram pelos critérios de exclusão, os elementos que trazem as definições e características principais dos termos inovação social e avaliação de impacto social em contextos de desenvolvimento local indentificando aspectos comuns e complementares entre ambos os termos.

Faz-se importante ressaltar que os dados coletados e analisados dizem respeito a literatura acadêmica existente até a data de conclusão da coleta de dados do presente artigo (26 de agosto de 2020).

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados estão organizados de maneira a primeiro apresentar a visão quantitativa

da literatura acadêmica em IS e AIS seguida pela análise qualitativa da produção científica de maneira a compreender a relação entre ambos os termos em contextos de desenvolvimento local.

#### 4.1 Resultados quantitativos da literatura acadêmica publicada sobre IS e AIS

A busca pelo termo “*social innovation*” entre os anos 1900 e 2020 resultou em 1523 artigos, enquanto “*social impact assessment*”, no mesmo período, retornou 414 artigos evidenciando uma maior robustez da produção relativa à IS que é 3,7 vezes maior que a produção total relativa à AIS (figura 2).

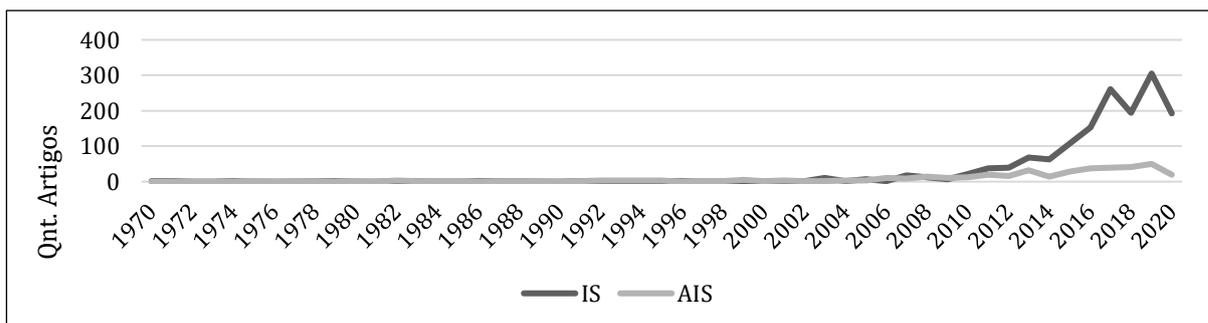


Figura 2. Quantidade de artigos publicados em TS=(“*social innovation*”) e TS=(“*social impact assessment*”) na *Web of Science - Core Collection*.

A produção científica, relacionada pela *Web of Science*, tanto em AIS como em IS, tiveram início na década de 1970 permanecendo pouco expressivas até a década de 2010. A emergência de ambos os campos de pesquisa pode ser notada ao observar que 79,7% dos artigos de IS e 52,1% dos artigos de AIS foram publicados nos últimos cinco anos.

Uma análise detalhada dessas produções, que será apresentada a seguir, mostra que diversos pontos aproximam AIS e IS, mas esta possibilidade de colaboração entre essas duas correntes teóricas ainda é pouco explorada na literatura acadêmica.

O cruzamento dos termos que compuseram a análise qualitativa da pesquisa trouxe o seguinte resultado. Ao todo foram 50 artigos encontrados que continham os termos pesquisados e tiveram seus *abstracts* analisados. Após aplicados os critérios de exclusão restaram 34 artigos que foram analisados na íntegra e compuseram a análise qualitativa dos resultados. O detalhamento da quantidade de artigos encontrados para cada um dos termos cruzados pode ser observada na figura 3.

<b>Cruzamento dos termos</b>	<b>Artigos encontrados</b>	<b>Artigos analisados</b>
TS=("social innovation" AND "social impact assessment")	2	2
TS=("social innovation" AND "local development")	28	21
TS=("social innovation" AND "territorial development")	4	3*1
TS=("social impact assessment" AND "innovation")	10	3*2
TS=("social impact assessment" AND "local development")	4	4
TS=("social impact assessment" AND "territorial development")	2	1*3
<b>Total Geral</b>	<b>50</b>	<b>34</b>
*1 1 artigo em comum com TS=("social innovation" AND "local development")		
*2 1 artigo em comum com TS=("social innovation" AND "social impact assessment")		
*3 1 artigo em comum com TS=("social impact assessment" AND "local development")		

Figura 3. Quantidade de artigos encontrados e analisados em cada um dos cruzamento realizados na *Web of Science - Core Collection*.

Há ainda pouca literatura acadêmica relacionando "*social innovation*" à "*social impact assessment*". Foram encontrados dois artigos que tratam de ambos os termos (Piccarozzi, 2017; Hervieux & Voltan, 2019). Apesar de trazerem algumas análises sobre a relação de AIS e IS, o fazem de maneira secundária não se tratando do foco dos artigos.

O baixo resultado do cruzamento entre AIS e IS motivou a busca mais abrangente pela relação entre "*social impact assessment*" e "*innovation*". Apesar de ter retornado 10 artigos apenas 4 (Bernal et al., 2019; Hervieux & Voltan, 2019; Piccarozzi, 2017; Franks & Vanclay, 2013) passaram pelos critérios de exclusão, sendo que dois deles já haviam surgido e sido analisados no cruzamento entre AIS e IS, evidenciando, mais uma vez, quão incipiente ainda é a relação entre os termos na literatura acadêmica.

O cruzamento dos termos "*social innovation*" e "*local development*" foi o que retornou maior quantidade de resultados (Ricciardelli & Manfredi, 2020; Ruiz-Real et al., 2019; Moulaert & Mehmood, 2020; Lipták, 2019; Souza et al., 2019; Bernardino & Santos, 2017; Quandt et al., 2017; Nunes, 2017; Sarmiento & Moura, 2017; Orria & Luise, 2017; van der Have & Rubalcaba, 2016; Bosworth et al., 2016; Shin, 2016; Dax et al., 2016; Gobattoni et al., 2015; Healey, 2015; Fink et al., 2013; Klein et al., 2010; Klein, Juan-Luis; Fontan, Jean-Marc; Tremblay, 2008; Moulaert & Nussbaumer, 2005)

Representando 61,7% da literatura analisada confirmando Ruiz-Real et al., (2019) sobre a grande relevância da relação apresentada pelo campo de pesquisa em IS e desenvolvimento local. A busca por "*social innovation*" e "*territorial development*" retornou 4 artigos (Hamdouch & Galvan, 2019; Barbero & Bicocca, 2017; Estensoro, 2015; Moulaert & Nussbaumer, 2005), sendo que um deles era comum ao cruzamento entre IS e desenvolvimento local, como previsto a inclusão do termo "*territorial development*" agiu de maneira proporcional e complementar ao "*local development*".

Por fim, o cruzamento entre "*social impact assessment*" e "*local development*" e entre "*social impact assessment*" e "*territorial development*" resultaram ao todo em 5 artigos analisados (Imperiale & Vanclay, 2016; Nenkovic-Riznic et al., 2016; Cabrido, 2015; Esteves, 2008; Fortin & Gagnon, 1999). Ainda há poucos artigos que relacionam a AIS diretamente ao desenvolvimento local. Porém os artigos analisados mostram que as relações entre AIS e desenvolvimento local são profundas. Os autores trazem o potencial da AIS em exercer função central na avaliação das estratégias e propostas de desenvolvimento territorial, por meio de seus processos participativos e da construção da resiliência da comunidade local.

#### **4.2 Aspectos comuns trazidos pela literatura acadêmica entre AIS e IS**

Ao considerar como a AIS se relaciona a inovação de maneira mais ampla existe a possibilidade de a inovação nesse campo ser conceitual ou técnica. Considerando a conceitual ressalta-se a integração de diversas áreas de conhecimento e participação das comunidades afetadas (Rosa & Sánchez, 2016). Há ainda a inovação em políticas corporativas e públicas como uma terceira abordagem possível. Buscando fortalecer sistemas de gestão interna; incentivar o comprometimento de recursos para o engajamento com a comunidade e desenvolver processos de *report* regular sobre o desempenho social procuraram responder proativamente às mudanças ao longo do ciclo de vida dos projetos industriais de maneira a potencializar os impactos positivos tendo em vista o legado que será deixado a comunidade após o encerramento das atividades relacionadas aos projetos (Franks & Vanclay, 2013).

Ao analisar a relação entre AIS e IS é possível observar que se relacionam de maneira complementar. Enquanto a AIS deve compreender processos de análise, monitoramento e gestão das consequências sociais de intervenções planejadas nos territórios (Imperiale & Vanclay, 2016) a IS visa produzir resultados duradouros que sejam relevantes para a comunidade baseando-se nas necessidades e desafios que ela deve enfrentar e gerenciar

(Piccarozzi, 2017). Imperiale e Vanclay (2016) argumentam que a AIS pode e deve desempenhar um papel central na avaliação das estratégias e propostas de desenvolvimento regional e na construção da resiliência comunitária, nesse mesmo sentido a IS mostra-se decisiva para o desenvolvimento das comunidades locais ao considerar suas capacidades e necessidades e trazê-las para participação ativa nos processos de desenvolvimento local (Fink et al., 2013).

A análise integral dos artigos selecionados a partir da revisão sistemática da literatura trouxe uma série de aspectos comuns entre a AIS e a IS que foram organizados em dois grandes grupos: condições e potencialidade. Nas condições há o processo participativo; incorporação de diferentes percepções e perspectivas; e profundidade conhecimento sobre o território. As potencialidades configuram-se como resultados das próprias condições, destacando-se maior empoderamento; autoconhecimento; e resistência da comunidade local; e o desenvolvimento de projetos estruturantes, adequados a atender as demandas do território. Essas potencialidades somadas resultam no desenvolvimento de melhores habilidades para o desenvolvimento local.

#### **4.2.1 Processo participativo**

Segundo (Piccarozzi, 2017) a IS visa mudar as relações sociais entre os stakeholders envolvidos em um território, para isso é preciso que a comunidade esteja envolvida na tomada de decisões e na gestão de questões sociais. Não apenas no projeto, mas também na implementação e adoção da inovação (Piccarozzi, 2017) participando e cooperando inclusive nos resultados pretendidos (Bignetti, 2011).

O engajamento da comunidade é trazido como aspecto central em um modelo alternativo de gestão do impacto no território (Ricciardelli & Manfredi, 2020). No mesmo sentido, Bernardino e Santos (2017) trazem a IS como um meio de viabilizar o desenvolvimento e crescimento por meio da formação de cidadãos como agentes de desenvolvimento. Hervieux e Voltan (2019) resumem que o fator-chave para o desenvolvimento e para mudança de sistemas é o compartilhamento da identificação e gestão das mudanças sociais de maneira coletiva.

Apesar da participação da comunidade local ser reconhecida como essencial para processo de IS, não se trata de um processo espontâneo e requer facilitação (Estensoro, 2015). Nesse aspecto, faz-se um ponto de articulação com a AIS. A AIS, como campo de pesquisa e prática, preocupa-se com a identificação e gestão dos impactos sociais associados à projetos de intervenção no território (Vanclay et al., 2015). O engajamento efetivo da comunidade afetada é primordial e deve ocorrer desde o primeiro momento na própria identificação dos impactos. Fornecendo informações sobre os riscos sociais, vulnerabilidades e processos de mudança social que afetam o território, buscando minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos (Imperiale & Vanclay, 2016).

Imperiale e Vanclay (2016) organizam alguns benefícios diretos da participação da comunidade local no processo da AIS tais como maior resistência, promoção de sentimentos coletivos positivos como empatia, solidariedade, responsabilidade social e senso de dever público, além de promover a motivação de trabalhar em conjunto para resolver problemas comuns e encontrar soluções compartilhadas.

A facilitação de um processo *bottom up* na AIS não permite apenas envolver novos atores sociais e valorizar os saberes locais, mas age como um facilitador do processo participativo em si. Condição essencial também para a IS e para uma série de benefícios necessário ao desenvolvimento local, discutidos em maior detalhe nas próximas sessões do artigo.

#### 4.2.2 Incorporação de diferentes percepções e perspectivas

Aspecto essencial para o processo participativo, a incorporação das diversas perspectivas no processo é outro ponto de encontro entre a AIS e a IS. Para Gobattoni et al., (2015) verificar de maneira detalhada as percepções da comunidade sobre o seu próprio território deve ser o primeiro passo na identificação dos potenciais locais e na definição das ações mais efetivas para a promoção da IS. No mesmo sentido, Hervieux e Voltan (2019) afirmam que a compreensão profunda sobre os atores, dinâmicas e interesses que permeiam um território ajudam as organizações a desenvolver estratégias para melhorar seus impactos. Incluir perspectivas e objetivos divergentes pode ajudar na tomada de melhores decisões em um processo de IS.

No caso da AIS a incorporação das diferentes perspectivas também é um processo inicial. Considerando que o impacto social resulta da experiência sensorial individual do processo de mudança, a AIS compreende que um mesmo impacto pode ser percebido e vivido de maneiras diferentes pelos membros de uma comunidade (Slootweg; Vanclay; van Schooten, 2003). Reconhecer como os impactos sociais são percebidos, experimentados e interpretados pelos diversos atores locais é essencial para garantir que as intervenções de desenvolvimento se tornem mais eficazes para a obtenção de resultados positivos de desenvolvimento. A inclusão de diversas percepções é positiva também para as empresas responsáveis pelos projetos industriais ou extrativistas. Incorporar tal pluralidade na compreensão do contexto local fornece uma melhor compreensão das expectativas da comunidade em relação à um projeto contribuindo para redução dos conflitos entre comunidade e empresa (Anderson, 2012).

#### 4.2.3 Profundo conhecimento sobre o território

Os processos participativos e a incorporação de diferentes percepções e perspectivas são dois pontos centrais no processo de adquirir profundo conhecimento sobre o território. Segundo Hervieux e Voltan (2019) compreender os processos de negociação e sua influência na ordem social do território pode fornecer *insights* importantes para o processo da IS. De acordo com Bernardino e Santos (2017), ter o profundo conhecimento dos problemas sociais existentes no território permite uma abordagem holística dos problemas enfrentados pela comunidade facilitando o desenvolvimento de ações no sentido de maximizar os recursos disponíveis potencializando o processo de criação de valor social. A IS deve ser concebida e facilitada sob seu contexto social (Orria & Luise, 2017), espacial, histórico (Bernardino & Santos, 2017), cultural e político (Moulaert & Nussbaumer, 2005).

As necessidades são vinculadas ao contexto e à comunidade (Moulaert & Nussbaumer, 2005), assim a IS deve valer-se dos ativos locais e regionais e concentrar-se em entregar resultados também à esse nível (Dax et al., 2016). Hervieux e Voltan (2019) afirmam que a IS deve lidar com os impactos sociais locais sendo capaz de ir além dos sintomas imediatos para alcançar suas causas subjacentes, evidenciando mais uma vez a importância de conhecer o contexto local em profundidade.

Os resultados de Bernardino e Santos (2017) apontam que a o forte envolvimento dos atores locais levam à adoção de um modelo de resposta capaz de acomodar características da população e do território, não levando necessariamente a ISs radicais, mas derivadas do contexto e do conhecimento local. Como mencionado na sessão anterior, a AIS é capaz de aprimorar estes processos participativos facilitando a significativa coleta de informações sobre os riscos sociais, vulnerabilidades e processos de mudança social que afetam o território, além de conhecer os resultados esperados e expectativas, dando meios, portanto, para adequação de estratégias na minimização dos impactos negativos e potencialização dos positivos (Imperiale & Vanclay, 2016).

Os dados coletados pelo processo da AIS ajudam a delimitar e contextualizar a área pertinente, as questões sociais mais relevantes associadas ao projeto em questão, além dos objetivos locais para o desenvolvimento social. Conhecer o contexto em profundidade é importante também para a empresa que passa a compreender os problemas sociais possibilitando definir melhores alternativas para mitigar os impactos negativos na comunidade (Esteves, 2008).

A coleta de dados e o resultado do processo de conhecer o contexto em profundidade cria valor tanto para os negócios quanto para a sociedade garantindo que as soluções sejam autossustentáveis (Esteves, 2008). Envolvendo a participação comunitária e a inclusão das diversas percepções, o processo colabora para o autoconhecimento e empoderamento da comunidade local (Imperiale & Vanclay, 2016).

#### **4.4.4 Empoderamento, autoconhecimento, resistência da comunidade local e desenvolvimento de projetos estruturantes**

Os processos participativos da AIS possibilitam não apenas o acesso a um conjunto de informações diversificadas sobre o território, mas é também capaz de promover o engajamento da comunidade local (Esteves, 2008). Esse engajamento faz com que atores locais passem a ser agentes do próprio desenvolvimento territorial, o que contribui no processo de empoderamento dos indivíduos e da comunidade (Imperiale & Vanclay, 2016). Isto corrobora Estensoro (2015) que defende que a IS é capaz de capacitar os atores locais e manifestar o caráter empoderador e emancipatório dos processos de transformação, resultando no desenvolvimento de novas capacidades de transformação e na mudança das relações sociais e de poder entre atores comunitários.

A população local passa a ser a responsável por encontrar as soluções para seus próprios problemas, evitando que as empresas, responsáveis pelos grandes projetos de intervenção, assumam uma postura não emancipadora (Esteves, 2008). Todo o processo de autoconhecimento, engajamento e empoderamento unido à ausência de uma conduta paternalista melhora também a resistência das comunidades (Imperiale & Vanclay, 2016). A resistência pode ser compreendida como a capacidade de adaptação da comunidade às condições adversas a ela impostas utilizando os recursos e conhecimentos disponíveis, contribuindo para reduzir os elementos de vulnerabilidade local ante os impactos provocados pelos projetos (Aledo & Aznar Crespo, 2018).

Todo esse contexto orienta uma nova abordagem sobre o investimento corporativo-comunitário. O grande conhecimento sobre a realidade local e o envolvimento direto da comunidade permite o investimento e desenvolvimento de projetos sociais estruturantes, que buscam resolver questões locais promovendo de fato o desenvolvimento local de maneira sustentável (Esteves, 2008). Da mesma maneira, a IS deve resultar em soluções novas, duradouras e no aumento do bem-estar para as comunidades (Lipták, 2019).

Esteves (2008) ressalta ainda que o envolvimento da comunidade local e das diversas partes interessadas do território tem sido uma estratégia procurada pelas empresas responsáveis pelos grandes projetos de intervenção, para atender às necessidades sociais e melhorar as estruturas de governança. Isso corrobora os resultados de Klein et al., (2010) sobre a grande importância da conexão das comunidades locais com redes mais amplas e atores múltiplos para que as iniciativas locais de IS tenham sucesso e sejam sustentáveis.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem da AIS construtivista representa uma significativa inovação em relação às

avaliações propostas pela AIA e pela AIS técnico-científica ao não se limitar exclusivamente a identificação dos impactos. Enquanto a AIA foca nas questões ambientais relativas à implementação de um projeto de intervenção e a AIS técnica-científica desenvolve um processo avaliativo restrito a especialistas, sem a inclusão das percepções locais, a AIS construtivista propõe uma abordagem holística para a interpretação e gestão do impacto social. A maneira como a AIS preconiza o protagonismo da comunidade local, incorpora suas percepções e busca sua participação ativa em relação a identificação e gestão dos impactos sociais, pode ser vista também como uma inovação do ponto de vista da gestão local para o desenvolvimento territorial.

A análise dos aspectos de intersecção entre a AIS e a IS advindos da revisão sistemática da literatura permite compreender que se trata não apenas de campos complementares, mas de campos que compartilham pressupostos e conceitos em suas interpretações e propostas. Em contextos de desenvolvimento local, tanto a AIS quando a IS defendem uma abordagem capaz de capturar os valores e percepções dos impactos sociais engajando fortemente a comunidade local como condição primordial para o desenvolvimento do território.

Alguns autores destacam a relevância que a abordagem participativa proposta pela AIS e pela IS tem também para empresas responsáveis pelos grandes projetos de intervenção. O conhecimento em profundidade sobre os contextos locais faz com que as empresas revejam seus investimentos comunitários podendo realizá-los de forma mais alinhada às demandas do território, otimizando recursos, diminuindo fontes de conflitos com as comunidades e evitando o risco da excessiva dependência da comunidade e do próprio poder público em relação aos investimentos sociais realizados pela empresa.

Considerando projetos industriais e extrativistas em contexto de desenvolvimento local é possível interpretar que a AIS e a IS se retro alimentam. A AIS pode ser interpretada como uma IS, assim como as atividades relativas à IS em contextos de desenvolvimento local podem se beneficiar da estrutura metodológica da AIS, que favorece o melhor entendimento dos impactos sociais no território e a construção de cenários para um desenvolvimento local mais sustentável.

Poder identificar a AIS como uma IS é importante pois permite, a partir da articulação dos conceitos de uma área de conhecimento já mais consolidada IS, com um campo de conhecimento emergente AIS, proporcionando a abertura de novos campos de pesquisa fortalecendo o desenvolvimento do campo teórico da AIS da IS e do desenvolvimento territorial.

Em termos gerenciais, o estabelecimento da relação entre AIS e IS se faz interessante, pois empresta à IS uma metodologia para a facilitação de processos participativos buscando o desenvolvimento local. Paralelamente identificar a AIS como uma IS, conceito este mais familiar as empresas, pode ampliar o interesse das organizações em adotar a metodologia da AIS na identificação e gestão do impacto de seus projetos.

## 6 REFERÊNCIAS

- Adams, W. M. (2000). Downstream impacts of dams. Thematic Review prepared as an input to the World Commission on Dams, Cape Town.
- Aledo, A., & Aznar Crespo, P. (2018). Conceptualización de la EIS y definiciones clave. In *Evaluación de impacto social: Teoría, método y casos prácticos*. Universidad de Alicante.
- Atlin, C., & Gibson, R. (2017). Lasting regional gains from non-renewable resource extraction: The role of sustainability-based cumulative effects assessment and regional planning for mining development in Canada. *Extractive Industries and Society*, 4(1), 36–52. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2017.01.005>
- Barbero, S., & Bicocca, M. (2017). Systemic Design approach in policy-making for

- sustainable territorial development. *The Design Journal*, 20(sup1), S3496–S3506.  
<https://doi.org/10.1080/14606925.2017.1352853>
- Bernal, R., San-Jose, L., & Retolaza, J. L. (2019). Improvement actions for a more social and sustainable public procurement: A Delphi analysis. *Sustainability (Switzerland)*, 11(15), 1–15. <https://doi.org/10.3390/su11154069>
- Bernardino, S., & Santos, J. F. (2017). Local development through social and territorial innovation: An exploratory case study. *CIRIEC-España Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 1(90), 159–187. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.90.9155>
- Bosworth, G., Rizzo, F., Marquardt, D., Strijker, D., Haartsen, T., & Aagaard Thuesen, A. (2016). Identifying social innovations in European local rural development initiatives. *Innovation*, 29(4), 440–459. <https://doi.org/10.1080/13511610.2016.1176555>
- Dax, T., Strahl, W., Kirwan, J., & Maye, D. (2016). The Leader programme 2007–2013: Enabling or disabling social innovation and neo-endogenous development? Insights from Austria and Ireland. *European Urban and Regional Studies*, 23(1), 56–68.  
<https://doi.org/10.1177/0969776413490425>
- Estensoro, M. (2015). How Can Social Innovation be Facilitated? Experiences from an Action Research Process in a Local Network. In *Systemic Practice and Action Research* (Vol. 28, Issue 6, pp. 527–545). <https://doi.org/10.1007/s11213-015-9347-2>
- Esteves, A. M. (2008). Mining and social development: Refocusing community investment using multi-criteria decision analysis. *Resources Policy*, 33(1), 39–47.  
<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2008.01.002>
- Esteves, Ana Maria, Factor, G., Vanclay, F., Götzmann, N., & Moreira, S. (2017). Adapting social impact assessment to address a project's human rights impacts and risks. *Environmental Impact Assessment Review*, 67(January), 73–87.  
<https://doi.org/10.1016/j.eiar.2017.07.001>
- Fink, M., Lang, R., & Harms, R. (2013). Local responses to global technological change - Contrasting restructuring practices in two rural communities in Austria. *Technological Forecasting and Social Change*, 80(2), 243–252.  
<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2011.10.001>
- Fortin, M. J., & Gagnon, C. (1999). An assessment of social impacts of national parks on communities in Quebec, Canada. *Environmental Conservation*, 26(3), 200–211.  
<https://doi.org/10.1017/S0376892999000284>
- Frank Vanclay. (2002). Conceptualising Social Impacts. *Environmental Impact Assessment Review*, 22(3), 183–211.  
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0195925501001056>
- Franks, D. M., & Vanclay, F. (2013). Social Impact Management Plans: Innovation in corporate and public policy. *Environmental Impact Assessment Review*, 43(December 2010), 40–48. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2013.05.004>
- Gobattoni, F., Pelorosso, R., Leone, A., & Ripa, M. N. (2015). Sustainable rural development: The role of traditional activities in Central Italy. *Land Use Policy*, 48(2015), 412–427.  
<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.06.013>
- Hamdouch, A., & Galvan, A. (2019). Social innovation as a driver of urban transformation? The case of planning approaches in the dominican republic. *Urban Planning*, 4(1), 31–43. <https://doi.org/10.17645/up.v4i1.1740>
- Healey, P. (2015). Civil society enterprise and local development. *Planning Theory and Practice*, 16(1), 11–27. <https://doi.org/10.1080/14649357.2014.995212>
- Hervieux, C., & Voltan, A. (2019). Toward a systems approach to social impact assessment. *Social Enterprise Journal*, 15(2), 264–286. <https://doi.org/10.1108/SEJ-09-2018-0060>
- Imperiale, A. J., & Vanclay, F. (2016). Using Social Impact Assessment to Strengthen Community Resilience in Sustainable Rural Development in Mountain Areas. *Mountain*

- Research and Development*, 36(4), 431–442. <https://doi.org/10.1659/mrd-journal-d-16-00027.1>
- Joyce, S. a, & Macfarlane, M. (2001). Social Impact Assessment in the Mining Industry: Current Situation and Future Directions. *Mining, Minerals, and Sustainable Development*, 46, 28. <http://pubs.iied.org/pdfs/G01023.pdf>
- Kemp, D., Worden, S., & Owen, J. R. (2016). Differentiated social risk: Rebound dynamics and sustainability performance in mining. *Resources Policy*, 50, 19–26. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2016.08.004>
- Klein, Juan-Luis; Fontan, Jean-Marc; Tremblay, D.-G. (2008). *The Challenge of Social Innovation in Urban Revitalization* ( and E. Paul Drewe, Juan-Luis Klein & Hulsbergen (eds.)). Techne Press. <https://www.dcu.ie/sites/default/files/community/pdfs/TheChallengeSI.pdf#page=104>
- Klein, J.-L., Tremblay, D.-G., & Bussi eres, D. R. (2010). Social economy-based local initiatives and social innovation : a Montreal case study Juan-Luis Klein \* Diane-Gabrielle Tremblay. *International Journal of Technology Management*, 51(1), 121–138.
- Lipt ak, K. (2019). The importance of social innovations in rural areas. *Deturope*, 11(3), 160–174.
- Melo, M. F. de S. de, Yaryd, R. T., Souza, R. C., & Campos-Silva, W. L. (2020). How Social Impact and innovation Have Been Related in the Academic Literature? *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 12(1), 130–151. <https://doi.org/10.24023/futurejournal/2175-5825/2020.v12i1.406>
- Moulaert, F., & Mehmood, A. (2020). Towards a social innovation (SI) based epistemology in local development analysis: lessons from twenty years of EU research. *European Planning Studies*, 28(3), 434–453. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1639401>
- Moulaert, F., & Nussbaumer, J. (2005). The social region: Beyond the territorial dynamics of the learning economy. *European Urban and Regional Studies*, 12(1), 45–64. <https://doi.org/10.1177/0969776405048500>
- Nenkovic-Riznic, M., Ristic, V., Milijic, S., & Maksin, M. (2016). Integration of strategic environmental assessment and environmental social impact assessment into strategic territorial planning: Lessons learned from two cases of tourism destinations in protected areas. *Polish Journal of Environmental Studies*, 25(3), 1353–1366. <https://doi.org/10.15244/pjoes/61851>
- Nunes, V. G. A. (2017). Design and Innovation in Brazil. Reflections on a local experience within the furniture industry sector. *The Design Journal*, 20(sup1), S2960–S2972. <https://doi.org/10.1080/14606925.2017.1352806>
- Orria, B., & Luise, V. (2017). Innovation in rural development: “neo-rural” farmers branding local quality of food and territory. *Italian Journal of Planning Practice*, 7(1), 125–153.
- Piccarozzi, M. (2017). Does social innovation contribute to sustainability? The case of Italian innovative start-ups. *Sustainability (Switzerland)*, 9(12), 1–28. <https://doi.org/10.3390/su9122376>
- Quandt, C., Ferraresi, A., Kudlawicz, C., Martins, J., & Machado, A. (2017). Social innovation practices in the regional tourism industry: case study of a cooperative in Brazil. *Social Enterprise Journal*, 13(1), 78–94. <https://doi.org/10.1108/sej-12-2015-0038>
- Ricciardelli, A., & Manfredi, F. (2020). Urban civic networks as the relational space for social innovation. *International Journal of Knowledge-Based Development*, 11(2), 200. <https://doi.org/10.1504/IJKBD.2020.108366>
- Rosa, J. C. S., & S anchez, L. E. (2016). Advances and challenges of incorporating ecosystem services into impact assessment. *Journal of Environmental Management*, 180, 485–492. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2016.05.079>

- Ruiz-Real, J. L., Uribe-Toril, J., Valenciano, J. D. P., & Manso, J. R. P. (2019). Ibero-American research on local development. An analysis of its evolution and new trends. *Resources*, 8(3), 1–16. <https://doi.org/10.3390/resources8030124>
- Sarmento, F., & Moura, M. (2017). Material Resignification in the Amazon. A way to construct sustainability scenarios. *The Design Journal*, 20(sup1), S1852–S1868. <https://doi.org/10.1080/14606925.2017.1352703>
- Shin, C. (2016). A conceptual approach to the relationships between the social economy, social welfare, and social innovation. *Journal of Science and Technology Policy Management*, 7(2), 154–172. <https://doi.org/10.1108/JSTPM-08-2015-0027>
- Slootweg, R., Vanclay, F., & Van Schooten, M. (2003). Integrating environmental and social impact assessment. In H. A. Becker & F. Vanclay (Eds.), *The International handbook of Social Impact Assessment: conceptual and methodological advances* (pp. 56–73). Edward Elgar Publishing Limited.
- Souza, A. C. A. A. de, Lessa, B. de S., & Lázaro da Silva Filho, J. C. (2019). Social innovation and the promotion of local economic development. *Innovation & Management Review*, 16(1), 55–71. <https://doi.org/10.1108/inmr-10-2018-0074>
- van der Have, R. P., & Rubalcaba, L. (2016). Social innovation research: An emerging area of innovation studies? *Research Policy*, 45(9), 1923–1935. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2016.06.010>
- Vanclay, F., Esteves, A. M., Aucamp, I., & Franks, D. M. (2015). Social Impact Assessment: Guidance for assessing and managing the social impacts of projects. In *International Association for Impact Assessment* (Vol. 1, Issue April).